Ata da 09ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos treze dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo Vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal de n°s 344 e 345 de 2023 e o Projeto de Lei do legislativo de n° 087 de 2023. **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 8ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. **ENTREGA DE MOÇÃO:** Em seguida a Sra. Presidente informou que em decorrência da aprovação dos vereadores, seria feita a entrega da Moção de Aplausos à EEB São Bento, pelos seus 70 anos de fundação. Solicitou que a diretora da escola Sra. Cristiane Liebl Duarte e os demais representantes da escola, se colocassem no centro do plenário, para receber a Moção de Aplausos. Logo após a vereadora Zuleica Voltolini, relembrou um pouco da história da instituição, citou o nome dos principais fundadores, parabenizando a todos os envolvidos nestes 70 anos de uma história de muito sucesso e conquistas. Agradeceu aos irmãos maristas pelos ensinamentos que transmitiram na educação e na formação de um bom cidadão. Em seguida, a sra. Cristiane Liebl Duarte fez uso da tribuna. Destacou que é com muita alegria e satisfação que recebem essa Moção de Aplausos. Comentou que a instituição sempre obteve bons resultados na Educação, sendo a escola com o melhor IDEB do Município e região, além de ter presença marcante de alunos no Esporte e na Cultura, com destaques em âmbito estadual, nacional e até internacional. Lembrou ainda da participação dos alunos da escola nas olimpíadas da OBMEP e OBA, onde foram premiados, além de apresentações do grupo folclórico germânico e da participação de alunos no Grupo HHX de Dança Hip e Hop, os quais sempre conquistam premiações significativas. Comentou dos compromissos da escola, baseados nos quatro pilares da Educação, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Agradeceu aos estudantes e às famílias pela confiança no trabalho desenvolvido e por escolherem a instituição como espaço de aprendizagem. Agradeceu ainda à Associação de Pais e Professores (APP), e aos representantes do Conselho Deliberativo da escola. Agradeceu aos professores e diretores que já passaram pela escola e deixaram um belo legado, especialmente, a ex-diretora e agora presidente desta Câmara de Vereadores, sra. Zuleica Voltolini, que por muitos anos dedicou-se a gerenciar as ações desenvolvidas na referida escola. Por fim, convidou todos a participarem no dia

14.04 das celebrações em comemoração dos 70 anos da EEB São Bento. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Na sequência, a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 335 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Plano Municipal de Ensino do Município de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que o Projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, para adequar a composição do Conselho Municipal de Educação, a fim de possibilitar que haja a participação de um representante da Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA. Destacou que a AMA tem diversas atribuições, mas, mais importante do que saber as atribuições deles é ir lá para conhecer o trabalho que a AMA realiza. Comentou que, juntamente com o vereador Darlan, teve a oportunidade de conhecer o trabalho que é feito por essa instituição, sendo extremamente importante para todas as crianças que têm o espectro do autismo e para as famílias que têm filhos autistas. Frisou que o Projeto de Lei pede uma cadeira no Conselho Municipal de Educação para que a AMA possa ter um representante, sendo que a AMA também fica dentro do quesito da Educação Especial. Lembrou de uma colocação do vereador Darlan, quando o mesmo falou que as pessoas especiais são atendidas pela APAE, pela AMA, pelas instituições municipais, estaduais, ou de ensino privado que atendem a esse público, mas que cada qual é diferente, e seria bom que cada qual tivesse um representante no Conselho Municipal. Enfatizou que o regimento do Conselho Municipal de Educação, prevê que deverá ter no mínimo 15 representantes da Educação municipal, estadual, particular, entidades de educação especial e hoje tem esse número. Solicitou aos demais vereadores para aprovarem mais uma cadeira, sendo essa para 16 representantes, pois certamente ela será muito bem ocupada. Por fim parabenizou a todas as pessoas que já passaram ou ainda fazem um trabalho junto à AMA e solicitou a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra a vereadora Carla O Hofmann. Destacou que não há o que se falar sobre uma impossibilidade de aprovação de um projeto importante como esse. Explicou que dentro da visão de Educação Inclusiva que devemos ter, e dentro da visão geral de Educação, cada vez mais caminhamos para a inclusão completa, e não seria possível falar de inclusão, se dentro do próprio Conselho Municipal de Educação do município não tivéssemos assentos destinados a toda Educação Especial, no caso APAE e AMA. Informou que a questão relacionada à competência com a APAE e a AMA cabe ao governo do Estado, sendo este quem deve se responsabilizar, mas sabe que o governo do município tem feito um trabalho, destinando verbas para a Educação, para que possamos acolher e incluir dentro da Educação do município os autistas, no caso a AMA. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha e lhe foi concedido. Informou que o governo municipal está destinando um valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para a reforma do espaço da escola que atende aos alunos autistas. Com a palavra a vereadora Carla, disse que não há razão para não aprovarem mais

essa cadeira. Falou que é possível observar quando um município está comprometido com a Educação, exatamente pelo investimento que ele faz na Educação. Destacou que é totalmente favorável ao Projeto de Lei, pois a Educação Especial tem um papel fundamental em sua vida, no seu trabalho e por essa razão, entende que a AMA deve ter esse assento, para que possa junto com o Conselho Municipal discutir as políticas educacionais, investimentos e tudo que deve ser feito no município. Com a palavra o vereador Darlan A Guliani. Comentou que parece contraditório ter que aprovar uma cadeira no Conselho Municipal de Educação, uma vez que há uma cadeira representando as pessoas especiais, mas é preciso levar em consideração que quando falamos em autismo, falamos de espectro. Mencionou que foi bastante criticado quando apresentou o Projeto de Lei que impede a queima de fogos acima de 75 decibéis, pois muitas pessoas insistem em dizer que o vereador pensou apenas nos animais. Afirmou que também pensou nos animais sim, mas só quem convive, quem tem um familiar portador do espectro autista, sabe quão perturbador é para eles o barulho. Frisou que esse paciente não permite entender e compreender o que se passa dentro dele, o qual sente fome, frio, medo, sendo difícil de se chegar a uma conclusão do que o mesmo está sentido, dizendo, pois em alguns casos são apenas vocalizações. Acredita que somente os familiares dos autistas conseguem entender, e só podem ser representados por quem está trabalhando com eles. Destacou o trabalho e dedicação da professora Giovanna, pois no momento que esteve visitando a instituição de ensino, uma criança autista acabou entrando em surto, e viu toda a dedicação dessa profissional. Percebeu que neste momento não tem nada para falar ou fazer por essa criança, a não ser acalmá-la. Enalteceu o trabalho que é feito pela APAE, pelas pessoas especiais, e também pela AMA, pelo cuidado que tem para com as pessoas portadoras do Espectro Autista, e completou que é totalmente favorável à aprovação do referido Projeto de Lei. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 335 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 339 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza a celebração de parceria para consecução de finalidades de interesse público e recíproco com a organização da Sociedade Civil São Bento Motor Clube, por meio de acordo de cooperação, e dá outras providências. Com a palavra a vereadora Terezinha M Dybas. Destacou que o referido Projeto de Lei pede autorização da Casa Legislativa, para que o Executivo possa celebrar acordo de cooperação com a Sociedade Civil São Bento Motor Clube. Explicou que o espaço conhecido como Autódromo Municipal Lourenço Schreiner, foi utilizado pelo São Bento Motor Clube por vários anos, mas no ano passado venceu essa concessão de uso. Com a alteração da Lei em 2014, não é mais possível a concessão de uso nos moldes que era feita anteriormente, sendo necessário que ocorra a celebração do Termo de Compromisso com as partes envolvidas, onde a entidade interessada é obrigada a apresentar um projeto que

seja desenvolvido naquele espaço. Neste sentido pede a aprovação do Projeto de lei, que vai conceder essa permissão de uso do imóvel para o São Bento Motor Clube, de acordo com o chamamento público de n° 005/2022. Contou que o São Bento Motor Clube, foi selecionado para fazer esse termo de cooperação, tendo apresentado o plano de trabalho. Frisou que o objetivo dessa parceria, além de promover as provas automobilísticas, também é fomentar competições e o desenvolvimento social no município, através do turismo, da movimentação do comércio, e também, conceder a obrigação e a responsabilidade pela manutenção e zelo pelo local. Contou que no plano de trabalho o São Bento Motor Club, também apresentou um projeto para ser desenvolvido com crianças, sendo, palestras a respeito de segurança no trânsito. Explicou as obrigações do Município e as obrigações do São Bento Motor Clube, que constam no Termo, sendo que este acordo tem o prazo de duração de 5 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Por fim, solicitou a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra a vereadora Carla O Hofmann. Frisou que hoje foi colocado um ponto final sobre as discussões passadas, com essa parceria entre o São Bento Motor Clube e a municipalidade, para o nível completo de legalidade. Falou que isso interessa ao município e também aos vereadores, pois a partir de agora, vai se adequar à legislação vigente. Comentou da importante participação que o São Bento Motor Clube traz para o Município, quando se fala em turismo, pois levantou junto às pousadas, hotéis e restaurantes, informações sobre a grande movimentação que acontece na cidade quando ocorrem as competições no município. Outro ponto que lhe chamou a atenção, foi do grande número de pessoas que complementam sua renda, a partir dos trabalhos que são feitos nos eventos do autódromo. Destacou que esse conjunto de informações lhe dá tranquilidade para aprovar o Projeto de Lei, pois sabe da importância e necessidade dessa parceria do público com o privado, e sugeriu que os organizadores pensem na inclusão de várias provas, pois é muito bonito ir ao autódromo e ver aquele local cheio de várias famílias com crianças. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Informou que também se coloca favorável à aprovação, pois se trata de um importante Projeto de Lei. Desatacou que o São Bento Motor Clube vem há anos fazendo esse belo trabalho e quando esteve à frente da Secretaria de Obras, realizava os trabalhos no local, dando um suporte na manutenção. Mas, de acordo com o vereador Jairson Sabino, isso estava sendo feito de forma irregular, como eram feitos nas gestões anteriores. Falou que hoje está sendo feito um projeto para regularizar essa parceria e parabenizou o Executivo por ter apresentado esse Projeto, pois está sendo legalizado tudo e os trabalhos vão continuar. Frisou que existem ainda outros interesses públicos, como as servidões de passagem que não são denominadas e as máquinas da prefeitura não podem entrar para fazer as manutenções. Nas servidões denominadas elas podem entrar, mas nas que não são, tem 10, 15 residências com moradores e não podem receber uma carga de saibro, sendo que deve ser olhado para essa questão com urgência, pois tem

recebido diversos pedidos. Entende que se tem moradores que estão recebendo água, luz, pagando o IPTU, também devem receber patrolamento, e sugeriu que a atual gestão possa regularizar essa questão. Com a palavra a vereadora Carla O. Hofmann. Concordou com a fala do vereador Paulo, pois acha essa questão das servidões extremamente importantes tem tentado fazer algumas indicações para alterações legislativas. Acredita ser importante regularizar as servidões, pois os moradores não têm acesso ao serviço público, a exemplo da questão da coleta de resíduos sólidos e outros. Comentou que até podem em conjunto, sugerir isso ao Executivo. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Relatou que a questão sobre o Autódromo Lourenço Schreiner, já vem se desenrolando há bastante tempo, e quando estava à frente da Secretaria de Obras, avisou ao Prefeito, no ano de 2021, que a concessão de uso de 30 anos venceria. Alertou o Prefeito que os trabalhos de manutenção estavam sendo feitos fora da lei, de forma ilegal. Afirmou que os secretários que lhe antecederam não tinham conhecimento de estarem realizando um trabalho fora da lei, se não, não o fariam. Talvez por questão de sorte não houve nenhuma denúncia, caso contrário, o Ministério Público poderia ir até o autódromo Lourenço Schreiner, questionar o que as máquinas públicas estariam fazendo lá dentro, sendo serviços para particulares, e o Secretário ou Prefeito poderiam responder processo por improbidade administrativa, processo de cassação do Prefeito, e talvez um Secretário de Obras poderia ser preso, pois tudo isso está na lei. Como Secretário só interpretou a lei, e verificou que a manutenção do espaço caberia ao permissionário, no caso, São Bento Motor Clube, e repassou isso ao Prefeito. Afirmou que o Prefeito lhe disse que todo mundo fazia essa manutenção, então iriam fazer também. Falou que não concordou com isso, pois não tinha dinheiro para pagar advogado e também não queria responder nenhum processo, ou ir para algum presídio, e por isso, não faria o serviço. Sugeriu que fosse legalizada a parceria entre as partes, pois não cabe isso ao vereador propor, pois envolve valores e nada que envolva valores cabe ao Legislativo, a única coisa que os vereadores conseguem fazer é indicar, pois tudo tem custo, até um simples patrolamento em alguma rua do município tem custo, e o Prefeito não tem obrigação de fazer. Explicou que pode sair o projeto do Executivo e o Legislativo pode aprovar ou não. Enfatizou que pagou caro por sua decisão, depois disso levou três CPIs na Câmara de Vereadores pedindo para cassarem seu mandato. Frisou que o Prefeito vai continuar sendo questionado até o fim de seu mandato de vereador, dentro da educação, respeito e da lei, dentro das normas e das regras, gostando ou não. Ressaltou que não cabe aos vereadores apenas assistir à sessão, pois estão aqui para muito mais. Outro assunto que também comentou é que não colocaria máquina pública para trabalhar em servidões de passagem, porque isso é contra a lei. Endossou que aquelas pessoas também pagam impostos, recebem água, luz, esgoto, coleta de lixo, mas a lei diz que não pode colocar a máquina pública para fazer a manutenção, e as pessoas ficam com a rua em péssimas condições, buraco, barro, e não é permitido colocar uma

caçambada de saibro. Falou que por diversas vezes conversou a esse respeito com o Prefeito, para que este fizesse uma alteração na lei, já que a prefeitura estaria de mãos atadas, sem poder cumprir com sua obrigação. Enfatizou que é favorável à aprovação da lei, da mesma forma, como é a favor da questão de regularizar as calçadas, para que os pedestres tenham calçadas descentes, porque falar em inclusão é fácil, mas olhar pelas pessoas que precisam fazer uso de cadeira de rodas, carrinho de bebê, e colocar os pedestres para andar no meio da rua, pela falta de calçadas é uma vergonha, pois o político não quer fazer as cobranças devidas, pois fica antipático. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Ressaltou ser favorável à aprovação do Projeto de Lei, pois entende ser muito importante regularizar a questão do São Bento Motor Clube e deixar tudo certo. Comentou que se os vereadores foram olhar nestes dois anos, vão perceber quantos projetos vieram para essa Casa, para regularizar terrenos de escolas que estavam irregulares, terrenos de creches e outros assuntos. Parabenizou o Executivo por ter olhado por esse lado, mas disse que não podem esquecer do passado, ver o que foi feito, porque cada sessão os vereadores estão acertando algum projeto, sobre algo que estava irregular, e indaga se ninguém fiscalizou isso lá atrás, para ver o que estava errado, o que estava acontecendo? Comentou que a cidade já está completando 150 anos e ainda tem muitas coisas irregulares. Hoje estava em uma conversa com os empresários, foi cobrado que os vereadores precisam fazer alguma coisa, pois várias empresas estão fechando, pessoas querendo ir embora da cidade e indagou o porquê só os vereadores precisam agir agora, por que ninguém olhou lá para trás, por que não fizeram antes alguma coisa? Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Frisou sobre o Projeto de Lei, o qual busca regularizar a situação da Associação São Bento Motor Clube, e entende que hoje ele está legal. Comentou sobre o relato do vereador Sabino, quando o mesmo estava no cargo de Secretário de Obras, e disse que se estivesse no lugar dele teria a mesma posição em relação ao Prefeito. Falou que não é contra o esporte, é um incentivador, e sempre vai incentivar o esporte dentro da legalidade. Vê o autódromo Lourenço Schreiner como um belo espaço, e entende ser muito importante fazer voltar as competições e o esporte, pois isso movimenta a cidade, as redes hoteleiras, o comércio, o que incentiva o turismo sustentável, sendo importante fomentar o turismo, não apenas o comércio da indústria. Destacou que esteve vendo o calendário da associação, sendo muitos eventos de grande porte. Deseja que os prefeitos que vierem a assumir olhem com carinho para essa questão do esporte, que olhem para aquele espaço que fica muito esquecido, para que desenvolva ainda mais a economia no município, seja na questão do esporte ou do turismo. Sobre a questão das manutenções de servidões de passagem, diz também ser favorável para que o município regularize essa questão, mas acredita que a dificuldade do Executivo em manter as vias já existentes é bastante grande, como já comentou anteriormente. Afirmou que foi feito um investimento de mais de R$ 8 milhões de reais em

máquinas para o município, e não vê evolução nenhuma na cidade. Acredita que não adianta ficar investindo milhões em maquinários se nada evolui. Entende que seja desculpa de muita chuva, sendo isso usado como "muleta". Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas, informou que enquanto havia a vigência da concessão de 30 anos ao São Bento Motor Clube, não era possível fazer o chamamento público, então até o primeiro semestre do ano de 2022 não poderia ser feito esse processo, pois por óbvio, tinha uma entidade que estava fazendo uso daquela concessão. Após o término dessa concessão, foi aberto o edital para o chamamento público e todas as tratativas realizadas. Em relação a manutenção que era realizada naquele espaço, enquanto havia a concessão destes 30 anos, houve um parecer jurídico da procuradoria, fundamentado no desenvolvimento econômico e do turismo, então havia a possibilidade de ser feita essa manutenção, sem que houvesse ilegalidade. Comentou que o município vai sim comemorar 150 anos neste ano, e muita coisa é necessária fazer na cidade. No seu entendimento, não cabe aos vereadores ficarem agora criticando ao lamentando aquilo que foi ou deixou de ser feito. Como são as pessoas que neste momento podem fazer alguma coisa (Legislativo, Executivo), têm a obrigação de trabalhar pelo bem da cidade. Enquanto vereadores tem sim a obrigação de encaminhar propostas de lei, indicações, de discutir e aprovarem aquelas que são boas para a cidade, assim como, o Executivo tem a obrigação de resolver as situações. Citou vários casos que foram regularizados, além de grandes obras que estão sendo executadas, e estão previstas, sem deixar de reconhecer os problemas que estão tendo com as manutenções das ruas, dos interiores com deslizamentos, quedas de barreiras, pois isso sim causa grandes transtornos e precisam ser resolvidos. Em seguida fez uso da palavra a vereadora Carla o. Hofmann. Concorda que não devem ficar apontando os erros, mas sim resolver os problemas doravante. Contou que no início deste ano quando assumiu a presidência da Comissão de Educação do Legislativo, fez uma visita com o Secretário Josias há várias instituições de ensino do município, e só no bairro Centenário observou que todas as unidades estavam em reforma, a única que não estava em reforma, foi informada pela diretora do local, que não havia mais condições de ficar lá, porque chove dentro. Falou que estão falando apenas de um único bairro, com todas as unidades escolares tendo reformas, sendo reformas de estrutura, ampliação. Observa que temos muito a caminhar, deseja que o Executivo continue a todo o vapor quanto a isso, mas na qualidade de vereadora sente-se tranquila e acredita que os vereadores estão tentando fazer o melhor, com as limitações de competência do Poder Legislativo, e acredita que os vereadores têm uma prestação de contas bastante positiva a ser feita para a comunidade. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Jairson Sabino. Comentou que respeitosamente precisa dizer aos demais colegas que mais de uma vez os mesmos fugiram da discussão e foco do projeto, assuntos que poderiam ser tratados na palavra livre. Afirmou que parecer jurídico não é lei, é apenas um ajuste, e quando avisou o Prefeito que a concessão da

permissão do São Bento Motor Clube venceria, faltava um ano. Avisou que este contrato poderia ser melhorado e ajustado tudo dentro da lei, para que o poder público pudesse fazer as manutenções no local, pois sempre incentivou o esporte e vai continuar incentivando. Falou que parecer jurídico é um arranjo, assim como foi feito no caso das funerárias. Comunicou com antecedência também a respeito do contrato para a iluminação pública, avisou que venceria e precisava ser providenciado outra, pois tem várias lâmpadas queimadas na cidade, muitos pedidos na secretaria de obras e tudo está virando uma "bola de neve". Frisou que discutir sobre "coisas de quem fez ou não fez", não vê problema, mas acredita que o Regimento Interno não prevê isso. Logo após, o vereador Hélio Alves fez uso da palavra. Falou que talvez as vereadoras Carla e Terezinha tenham entendido mal as suas colocações, pois comentou sobre coisas que estão irregulares há anos na cidade e não está cobrando isso de hoje, está dando os parabéns para o Executivo, por ele estar regularizando isso, e sabe que é obrigação dos vereadores fazerem. Posteriormente a vereadora Carla fez uso da palavra. Reiterou ter concordado com a fala do vereador Hélio, mas entende que os vereadores devem esquecer o passado e trabalhar de agora para frente. Acredita que sua fala tenha complementado o que foi colocado pelo mesmo. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 339 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO:** A Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 338 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Estabelece o piso mínimo salarial, na forma de abono complementar, para servidores efetivos ativos e temporários da administração direta e indireta do município de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Ressaltou que o referido Projeto de Lei tem por objetivo pedir a autorização da Casa Legislativa, para que possa ser implantado no município de São Bento do Sul o piso mínimo salarial aos servidores públicos municipais, tanto efetivos ativos, como temporários. Comentou que há vários funcionários que recebem o valor do salário mínimo, até o valor de R$1.700,00 (um mil e setecentos reais). Explicou que esse projeto tem o objetivo de fazer um complemento para que nenhum desses servidores recebam o valor abaixo deR$1.700,00 reais, por exemplo, aquele servidor que recebe hoje o valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), terá um complemento de R$200,00 (duzentos reais). Aquele servidor que recebe o valor de R$1.300,00 (um mil e trezentos reais), vai receber o complemento de R$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo esse complemento como abono, onde esse valor não está sendo incorporado ao salário, não fará parte na aposentadoria. Comentou que os servidores aposentados que estão com o salário abaixo de R$1.700,00 reais não vão receber esse complemento. Solicitou a aprovação dos demais vereadores e pediu a Presidente que o Projeto possa ser incluído em 2ª discussão na próxima sessão, para que os servidores possam receber esse benefício ainda no mês referente a março deste ano, pois para quem recebe o valor de R$1.300,00 (um

mil e trezentos reais), o valor de abono de R$400,00 reais, fará bastante diferença. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que deseja parabenizar o Executivo pela proposta do Projeto de Lei, o qual busca atender um mínimo ao salário do servidor público, mas, quer reforçar que no ano passado foi tratado a respeito das atendentes, onde até hoje não se resolveu a questão do salário delas, não chegou para os vereadores nenhuma resposta do Executivo. Tem ciência que as atendentes tem hoje por lei o período de 30 horas semanais, e o Projeto de Lei que chegou do Executivo é específico para 40 horas semanais. Observa que dessa forma como abono, para quem recebe é valoroso, gratificante, mas esse valor deveria estar incorporado na folha de pagamento, mas antes ter um abono, do que não ter nada. Gostaria que fosse incorporado esse valor na folha de pagamento, e acredita que o sindicato dos servidores também gostaria, para que lá na frente esse servidor tivesse sua profissão valorizada, incluído em sua aposentadoria. Sabe que na questão do abono, hoje o servidor tem e amanhã pode não ter, pois tudo vai depender de como vão estar os cofres públicos, e isso é um risco. Um risco que o servidor corre de hoje ter e amanhã não receber mais. Já falou aqui e está gravado, que não votaria mais nenhum Projeto de Lei referente a aumento salarial, para nenhum servidor público, enquanto não fosse ajustado o salário das atendentes educativas, que vem a tanto tempo suplicando, pedindo socorro, para que tenham essa valorização. Sabe que tem nesta Casa entendimentos diferentes dos vereadores, mas reforça sua fala, que é contra o referido Projeto de Lei, enquanto não seja resolvido a questão das atendentes. Sugeriu uma emenda modificativa no Projeto de Lei, para que as atendentes sejam incluídas, as que fazem a carga horário de 30 horas, pois isso é lei, não foram elas que criaram, não foram os vereadores quem criaram, foi leis maiores. Sugeriu que incluído as atendentes neste pacote, para que também recebam esse valor de R$1.700,00 reais de piso mínimo salarial. Comunicou que esse é seu apelo, e vai estar sugerindo ao Executivo uma emenda modificativa neste Projeto de Lei, para que seja incluído as atendentes que trabalham 30 horas semanais, e ninguém possa depois dizer, que o vereador não fez nada pela causa das atendentes. Comentou que vem sendo cobrado, e já havia falado que não votaria a favor de nenhum projeto, e seria contra. Afirmou que está reforçando sua fala, que será contra a aprovação se não tiver o reajuste para as atendentes, e não adianta falarem que mais tarde vai ser feito, é agora, precisa ser feito agora, neste mesmo projeto. Falou que todos os vereadores entendem as necessidades das atendentes e pergunta se os demais vereadores agora vão ficar calado, pois se lembra bem dos vereadores que falaram na época, pois não podem se calar. Afirmou que não estão sendo contra os servidores, contra o abono, mas acredita que as atendentes devem ser incluídas neste pacote, pois elas merecem, são funcionárias iguais a quaisquer outros cargos. Pediu que os demais colegas pensem na causa das atendentes, para que não venham a pecar e deixar um Projeto igual a esse passar, pois acredita que todos os servidores devem ser

valorizados, por isso pede que seja incluído as atendentes, pois só falta elas. Mencionou que passou por esta Casa vários projetos, dos engenheiros, cozinheiras, e pede que segurem o projeto, para que revejam com a emenda modificativa, e seja incluído as atendentes. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Enfatizou que foi um dos vereadores que falou que votaria contra a qualquer projeto de reajuste salarial que viesse para a Câmara, que não fosse o reajuste salarial para as atendentes, pois isso foi prometido pelo Secretário de Educação. Contou que tem conversado bastante com o Secretário sobre essa situação e o mesmo lhe garantiu que nesse ano será feito. Falou que não pode fugir de sua palavra, pois deu sua palavra que não votaria nenhum projeto favorável, enquanto não fosse trazido algo para as atendentes, e neste caso, se fizer algo contrário, vai estar sendo um vereador mentiroso e não vai passar por mentiroso. Afirmou que até o momento é contrário ao projeto, mas se tiver algo na próxima sessão em relação as atendentes, com certeza votará favorável. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Parabenizou o Executivo pela proposta do projeto de lei, mas afirmou que as vezes é preciso entrar na mesma linha dos vereadores Paulo e Adriano. Frisou ser parceiro de todos os projetos que vem do Executivo, mas parece que quando os vereadores fazem uma indicação, fica lá para o final da fila. Recordou de uma indicação que fez no ano passado, para o reajuste do salário dos mecânicos. Afirmou que fez essa indicação porque pensa na economia do município, pois hoje tem dinheiro sobrando, e pode ser mandado os serviços para serem feitos fora, mas devem pensar no dia de amanhã. Falou que hoje têm 2 mecânicos lotados na Prefeitura, na Secretaria de Obras, onde um já pediu o afastamento, pois o salário não compensa, e o outro está querendo abandonar o trabalho, e aí vai ficar sem ninguém, apenas os auxiliares ou servidores lotados em cargos comissionados. Ressaltou que se alguém tiver alguma dúvida, que proponha um Requerimento de Informação, para que seja levantado o quanto era gasto na época em que foi Secretário de Obras, com o valor que está sendo gasto atualmente com os serviços terceirizados. Afirmou que quando foi Secretário, e o vereador Paulo também, eram feitos apenas os trabalhos de retífica de motores fora da Secretaria de Obras, o restante dos serviços de manutenção eram todos feitos lá dentro, e isso gera uma economia bastante grande para os cofres do município. Comentou que não fez essa indicação para beneficiar algum parceiro, mas sim, porque pensa na economia. Contou que o salário base hoje de um mecânico na Prefeitura é de R$2.028,00 (dois mil e vinte e oito reais), e pergunta se isso é justo? Indaga quando é que vão abrir um concurso e vão conseguir trazer alguém para participar, pois um mecânico de qualidade se fizer um trabalho fora consegue esse salário no mesmo dia, dependendo do serviço, ou se trabalhar em sua própria oficina. Comentou que é preciso se organizar, há um projeto para ser feito uma nova secretaria de obra, mas é preciso pensar que também devem organizar uma oficina de qualidade junto com o que tem lá, com ferramentaria e todos os serviços, como embreagem, diferencial, câmbio, onde havia um

mecânico que fazia tudo isso, mas hoje esses serviços estão sendo feitos fora. Frisou que tem denúncias de motoristas que estão em oficinas fazendo serviços juntos, para que os vereadores façam uma visita e vejam os orçamentos de veículos que estão parados em oficinas terceirizadas. Falou que muitas vezes os vereadores fazem essas cobranças não porque são da oposição, pois são parceiros para ajudar em tudo, mas precisam de alguém que escute o que estão falando, pois é por isso que dão ideias. Com a palavra a vereadora Carla. O. Hofmann. Ressaltou que gosta sempre de colocar a sua opinião para tudo fique muito claro, e desde que assumiu a cadeira do Legislativo, sempre falou que os salários dos servidores como um todo, são muito baixos. Comentou que os vereadores fizeram várias adequações, buscaram junto com o executivo em várias ocasiões ter essas conversas, inclusive, com relação as atendentes. E teve a impressão, se não está enganada que as atendentes não gostariam de ter abono, pois elas não aceitariam essa condição de receber o abono. Frisou que seria importante consulta-las novamente, pois elas teriam deixado isso muito claro em uma reunião que tiveram, que abono elas não aceitariam de maneira alguma. Agora se a situação delas de aceitarem a questão do abono, concorda com a fala do vereador Adriano, pois não se trata de aumento real de salário, mas sim de um aumento, um abono que vai chegar a complementar os salários dessas pessoas que ganham o valor de R$1.300,00 reais. Acredita que os vereadores devem fazer o possível para cobrar do Executivo, uma alteração em relação as atendentes, que têm uma carga horária menor, em razão de lei, e a culpa não é delas, que fizeram concurso para essa limitação de carga horária, mas também precisam ver que a condição das atendentes é diferente, por isso entende que podem tratar ela em separado, como uma classe para organizar essa situação. Mas como vereadora, não pode deixar uma pessoa que ganha o valor de R$ 1.300,00 reais por mês, e pode alcançar o valor de R$1.700,00 reais ser prejudicada, como moeda de troca, e como pressão no Executivo, e não consegue se colocar dessa maneira. Afirmou ser extremamente pertinente que os vereadores conversem novamente com o Executivo, com o sindicato, para que possam fazer uma nova reunião para tratar sobre isso, mas deixar gente que já tem dificuldade, e não estão falando de salários que permitam grandes luxos, para que essas pessoas deixem de comprar o que valeria a 2 cestas básicas a mais para suas famílias, e realmente não usará isso como moeda de troca. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que deseja fazer duas pontuações sobre o referido Projeto de Lei, pois não lhe parece inteligente por parte dos vereadores, em não conceder esse abono para as pessoas e deixar que uma categoria de pessoas seja prejudicada, porque outra categoria não está no momento recebendo o seu merecido aumento. Afirmou que são duas situações, tanto as pessoas que recebem menos que o valor de R$1.700,00 reais, merece sim ter esse complemento, assim como, a classe das atendentes merece ter o reajuste que elas vêm batalhando a bastante tempo. No caso das atendentes, é importante que todos saibam que existe uma comissão de

atendentes junto com a Secretaria de Educação, e o sindicato vem acompanhando isso, para discutir de como chegar e de que forma fazer para que elas tenham este reajuste que estão solicitando. Destacou que essa comissão foi formada no dia em que o sindicato esteve em reunião com o Prefeito, para falar a respeito do aumento, reajuste real que foi dado aos servidores municipais. Comentou que naquela oportunidade havia representantes das atendentes, sendo quatro, as quais estavam juntamente com o sindicato, sendo que foi designado uma comissão, para que estudassem a forma que seria feito o reajuste para as atendentes. Falou que este trabalho da comissão está em andamento e não sabe se será nesta semana ou na próxima que terão uma reunião para falar a respeito desse estudo. Afirmou que uma coisa é atender as atendentes que é muito merecido o aumento e necessário, outra coisa é prejudicar os outros trabalhadores que ganham abaixo de 1.700,00 reais, para querer fazer aqui uma moeda de troca. Enfatizou que não lhe parece justo essa atitude, para com as pessoas que ganham menos. Para a pessoa que ganha acima de R$5.000,00 (cinco mil reais), se tiver um abono de R$400,00 reais, isso vai representar pra ela menos de 10%, já para aquela pessoa que ganha o valor de R$1.300,00 (um mil e trezentos reais), representa para ela mais de 30%, sendo que vai dar uma grande diferença no salário da família desse trabalhador. Respeita as colocações dos vereadores Paulo e Adriano e endossa as colocações dos mesmos, quando mencionam que é necessário fazer alguma coisa pelas atendentes, mas pede que os mesmos revejam seus posicionamentos, para que não prejudiquem esses funcionários, servidores que ganham menos de R$1.700,00 reais. Lembrou que se fosse possível dar o aumento diretamente na folha de pagamento, para que tivesse efeito lá na frente na aposentadoria, sem que isso prejudicasse o limite prudencial estaria sendo feito, mas não é possível, mas pelo menos está sendo dado esse abono, conforme cada situação. Repetiu que os vereadores repensem seus posicionamentos, mas não está dizendo que os vereadores devem esquecer o reajuste das atendentes, pois também não esqueceu e também cobra isso, mas pede que não venham prejudicar os demais servidores. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Ressaltou que não está jogando para torcida, como estão lhe jogando contra a população, sendo esse seu entendimento, mas vai sim defender a classe das atendentes, pois foi falado que teriam prioridade e nada se fez. Entende que não adianta falarem que estão fazendo reuniões, já se passou dois anos do início dessa gestão, e até agora nada se resolveu para as atendentes. Voltou a dizer que não é contra a abono ou aumento para o funcionário público, mas será sim contra esse Projeto de Lei, se não for incluído as atendentes neste momento, como abono, e que venha depois um Projeto de Lei, reajustando o salário delas, que vá impactar na folha de pagamento, pois terão mais esse adicional. Afirmou que deseja deixar claro que os vereadores não podem ser enganados pelo Executivo novamente. Aduziu que seja dado o abono para as atendentes neste momento, e também seja dado a palavra, que

vai entrar um Projeto de lei, onde elas devem ter um aumento, o qual vai impactar na aposentadoria, nas férias, décimo terceiro. Sugeriu que seja feito reajuste para todos os servidores, não privilegiem classe A ou B, ou não façam. Afirmou que foi essa sua palavra e também a colocação do vereador Paulo, os quais afirmaram que não votariam mais projetos de aumento salarial, enquanto não se resolvesse a questão das atendentes, as quais estão a muito tempo sendo enroladas. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Falou que concorda com algumas colocações feitas pelas vereadoras Carla e Terezinha, onde é difícil de deixar de aprovar um projeto, sabendo que ele vai beneficiar algumas pessoas, mas pediu para que se coloquem no lugar daquelas que estão pedindo a tanto tempo, estão lutando até hoje, onde os vereadores falaram (que não votariam), com o intuito de ajudar, pois era pra conseguirem esse aumento para as atendentes. Comentou que após conversar com o Secretário de Educação, este afirmou que o vereador poderia ficar tranquilo, pois esse seria o próximo projeto. Frisou que deseja conversar novamente com o Secretário. E precisa ter argumentos muito fortes para que mude de opinião, pois se não vai estar dizendo uma coisa e fazendo outra. Aduziu que precisam tomar muito cuidado na fala, talvez tenha se equivocado naquele dia, e quando se equivoca, as vezes não tem como reverter. Falou que precisa conversar com o Secretário antes, quem saiba tenha argumentos bem fortes, mas no dia de hoje é esse seu posicionamento, e espera que os demais vereadores entendam. Fez uso da palavra o vereador Jairson Sabino. Comentou que de sua parte, não vê problemas de colocar o Projeto de Lei para 2ª discussão e votação já na próxima sessão, mas verificou que o art. 7° da Lei, diz que ele só produzirá efeitos a partir do dia 01 de abril de 2023, e não lhe parece que o Prefeito tenha presa em pagar esse abono para os servidores ainda neste mês. Destacou que entende perfeitamente as posições dos vereadores Paulo e Adriano, pois fizeram uma colocação aqui e agora precisam honrar o que falaram. Acredita que não exista nenhuma intenção de prejudicar quem quer que seja, mas abono é complicado. Comentou que já foi feito abono para as cozinheiras, “um jeitinho”, pois não se consegue fazer um pagamento por fração, ou se concede um aumento salarial para todos, ou não concede nada para ninguém. Falou que foi dado um “jeitinho” para os engenheiros, com aumento de 30%, e não mudou em nada a produtividade. Aqueles 4 ou 5 servidores que trabalhavam continuam trabalhando, os que não trabalhavam continuam não trabalhando. As cozinheiras que trabalhavam muito, continuam trabalhando muito, e pagam via abono e sabe que não podem ficar pagando um abono mensal. Não sabe como o governo vai fazer para pagar abono mensal neste caso. Afirmou que lhe parece que o Prefeito se diverte com essa situação, quando os vereadores afirmam que não votarão mais nada, se não for aumento para as atendentes. Então o Prefeito propõe só um abono, só para ver. Pode não ser isso, mas parece que ele se diverte com essa situação. Comentou que não se pode abandonar 17 famílias em uma rua que ruiu, se referindo a Rua Jaraguá do Sul. Comentou que são 9

meses que as famílias estão em um buraco, abandonadas. Ele o (Prefeito) falou que não vai fazer nada, porque é área invadida, mas as pessoas tem água ligada pelo Samae, luz fornecida pela Celesc, pagam imposto, IPTU, e ele “diz que não vai fazer”, abandonou, deve se divertir com a desgraça daquelas famílias. Sugeriu que o Projeto de Lei seja repensado, refeito, pois está muito ruim de aprová-lo da forma que está. Questiona porquê do abono? Falou que esse abono vai beneficiar pessoas com 400 reais, mais outras com apenas 20, 30 reais, e se não está tirando deve ajudar, mas bem pouco. Entende que o prefeito deve observar o que tem em caixa e realmente fazer uma melhoria no pagamento para essas pessoas, e também para as atendentes. Frisou que também é solidário a questão das atendentes, pois continua essa enrolação. Pediu a ajuda e apoio do secretário Josias, o qual estava presente na sessão, para que converse com o Prefeito sobre isso. Com a palavra o vereador Darlan. Comentou que entende as colocações dos vereadores Adriano e Paulo. Ressaltou que o vereador Paulo comentou que talvez teria se equivocado e interpreta que não, nenhum dos dois vereadores se equivocou, pois para sua pessoa ficou muito claro na palavra dos dois, que não votariam nenhum Projeto de Lei para reajustes, mas, estão falando de um abono, e este tem uma conotação bem diferente. Não sabe se é justo punirem aqueles que ganham talvez o menor salário do Executivo, por conta das atendentes. Reconhece que elas pediram em uma reunião o valor de 35% de reajuste, se não estiver enganado. Colocou que chegou na cidade na época do Prefeito Silvio Dreveck, e se talvez tivessem reposto o valor de 5% em cada governo, possivelmente chegariam no valor que as atendentes desejam, mas isso não foi feito, e as coisas vem se acumulando. Não entende que alguém possa se divertir com uma situação dessa, como foi colocado pelo vereador Sabino, assim como, também não entende que esteja havendo um abandono do pessoal da rua Jaraguá do Sul. Deseja explicar melhor a situação, para o vereador Sabino, que não tem faculdade e não assina como responsável técnico alguma questão, referente a rua Jaraguá. Comentou que há um laudo técnico, de um geólogo de estância estadual, dizendo que lá não entra nenhuma máquina pesada para consertar, enquanto não seja construído um muro de contenção. Pergunta o que os vereadores devem fazer, jogar isso para a Plateia? Afirmou que não consegue fazer isso, consegue ser justo, consegue comunicar aos munícipes que existe um laudo que determina que não se pode colocar máquinas pesadas no local, e até onde entende, uma patrola é pesada, uma caçamba é pesada. E indaga quem vai passar por cima desse laudo? O vereador, claro que não. O Prefeito, claro que não, pois se o Prefeito, através do seu secretário, passar por cima desse laudo, e aquele moro vier a descer, matar pessoas soterradas, quem vai responder será quem desobedeceu a lei. Explicou que neste caso, a lei é esse laudo que foi emitido por esse geólogo, e indaga quem vai contradizer? Afirmou que não têm competência para isso, e acredita que o vereador Sabino também não tenha, que o Secretário de Obras não tem, e o Prefeito também não. Mas, precisa ser aqui dentro justo e imparcial, e não

pode aceitar que alguém ache que o Prefeito esteja brincando com as atendentes. Tem visitado todas as escolas, sabe que as atendentes lidam com o que é de mais precioso dentro de uma família que são os herdeiros, mas entende que se trata de uma situação delicada, pois o governo está no limite do teto, daquilo que pode ser gasto. Frisou que sente muito orgulho de não ter nenhum cargo indicado dentro da Prefeitura, pois não colabora com gastos desnecessários, mas não vai permitir que aquilo que não é verdade seja jogado ao vento para a plateia. Reforçou que não acredita que o Prefeito esteja brincando ou fazendo desdém com essa classe, que é tão importante que são as atendentes. Comentou que reuniões estão sendo feitas, juntamente com o Executivo, Sindicato, atendentes, e está muito difícil de chegar aos 35% de reajuste que foi solicitado. Reforçou para os vereadores Adriano e Paulo que ambos afirmaram que não votariam Projeto de Lei para reajuste, e neste caso, estão falando de bonificação, e entende que não podem condenar o servidor que recebe o menor salário do Executivo, por conta de má administração de gestões anteriores, de várias décadas como moeda de troca. Concorda que atendentes precisam e merecem aumento salarial, o quanto antes, e para isso está sendo feito um estudo, com representantes da classe, sindicato, o qual tem desempenhado o papel com maestria, contornando situações, e que não estão nem um pouco satisfeitos com a condição das atendentes, estão buscando a solução, dentro do que é coerente, responsável e possível. Repetiu que não concorda com as colocações do vereador Sabino, mas respeita-as. Frisou que os vereadores precisam ponderar suas colocações dentro daquilo que é verdade. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Destacou que gostaria de informar aos vereadores, especialmente ao vereador Darlan, que é responsável pelo o que diz, não por aquilo que ele interpreta, pois o que falou está gravado, quando disse que em sua visão, lhe parece que em muitas vezes o Prefeito até se diverte com algumas questões. Falou que não dá o direito de ninguém lhe falar o que pode e o que não pode falar aqui, pensar e se manifestar. Se o vereador pretende defender o Prefeito, está tudo ótimo. Comentou aquilo que lhe parece, não afirmou, e isso tem uma diferença, pois toda vez que lhe parecer alguma coisa vai expressar sua opinião, não precisa dar satisfações a ninguém, e se alguém quiser defender o Prefeito, lhe cabe respeitar. Em relação a rua Jaraguá do Sul, vem brigando há 9 meses, e em nenhum momento vai se encontrar em algum vídeo ou em alguma Ata, que tenha questionado o laudo dos engenheiros, e tem certeza disso, quem quiser pode procurar, pois não tem nenhuma palavra sua questionando o laudo dos profissionais. Crê que ninguém aqui tenha como questionar um laudo feito pelos engenheiros, por mais experiência que possam ter, e não há nenhuma palavra sua questionando isso. Indagou o porquê o governo não tira aquelas pessoas de lá, pois tem a imagem de um socorro que foi feito a uma senhora idosa, que precisou ser feito a pé pelos bombeiros, pois não entra um carro lá, não entra uma viatura e em nenhum momento questionou a competência dos engenheiros, mas vai continuar

questionando o abandono pelo fato do Prefeito não tirar as pessoas do local. Sugeriu até que buscassem apoio da Caixa Econômica Federal, para ver a possibilidade de casas que estão abandonadas no Loteamento Alpestre, para ajudar essas famílias. Não aceita que ninguém venha lhe dar lição de moral. Exige respeito e vai continuar falando o que entende que deve falar, e não vai permitir que coloquem palavras em sua boca. Reforçou que falou que "lhe parece", que o prefeito fica brincando em não atender as questões importantes como é o caso das atendentes, e na questão da Rua Jaraguá, não fez nenhuma colocação questionando o laudo dos engenheiros, mas vai continuar pedindo que o governo tire as pessoas daquele local. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Sugeriu que a Sra. Presidente peça questão de ordem, para que os vereadores foquem nas discussões dos projetos, pois em várias sessões os vereadores estão fugindo do assunto, com críticas ao governo por situações que não tem nada a haver com o Projeto. Em seguida a Sra. Presidente apresentou um Requerimento para prorrogação da sessão, o qual foi aprovado por unanimidade. Com a palavra a vereador Zuleica Voltolini. Destacou que essa luta é das atendentes, já vem de muitos anos, e sabe que sempre foi batalhado por elas, por este fato, vem pedir ao Secretário de Educação, ao Prefeito Municipal, que revejam mais uma vez, que estudem essa possibilidade, para que possa ser valorizado essas profissionais, pois na época do concurso público, estava em edital, e para rever e mudar esse edital é bem complexo. Observa que este abono que vai ser concedido para os servidores que recebem menos de R$1.700,00 reais, é o que o município está podendo oferecer agora, e acredita que não podem abrir mão, devem garantir esse valor, pois são profissionais que eles merecem. Gostaria que esse valor fosse no vencimento, mas se não tem como no momento, devem garantir esse valor de imediato. Solicitou juntamente com os demais vereadores que seja revisto a questão das atendentes, pois todos desejam essa melhoria para elas. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 338 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Na sequência a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 340 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Fica instituído o Programa de Residência Técnico-Superior (PRTS), no âmbito do Município de São Bento do Sul, com vista ao aperfeiçoamento profissional dos bacharéis em direito, engenharia, arquitetura, economia, administração, biologia e contabilidade, egressos do curso de graduação pelo período máximo de 5 (cinco) anos, mediante prévia aprovação em processo seletivo.Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Ressaltou que deseja fazer uma breve explanação do referido Projeto de Lei, e comunicou que antes da 2ª discussão virá um representante do Executivo, para explicar melhor aos vereadores, pois o Projeto se mostra bastante importante, vai contribuir muito com a administração pública. Destacou que o objetivo do projeto é de criar o Programa de Residência Técnico-Superior (PRTS), no âmbito do Município de São Bento

do Sul, para que profissionais de diversas áreas possam fazer os seus aperfeiçoamentos. Falou que são estudantes que após aprovados em processos seletivos, poderão trabalhar na prefeitura, pelo período de até 5 anos, sendo remunerados. Desta forma, terão uma oportunidade melhor de ingressar no mercado de trabalho, exercendo de fato a sua profissão, e por outro lado, o município também ganha, com a mão de obra desses profissionais. Comentou que a referida Lei foi criada com base no projeto que é desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e neste quesito existe a tranquilidade na questão da legalidade, para que possa ser implantado esse formato no município. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Destacou que o ideal para valorizar esse servidor seria o concurso público. Afirmou que é favorável ao Projeto de Lei, pois entende que ele vem para somar. Sugeriu que seja colocado no projeto o salário de cada área, pois não diz qual será esse salário. Comentou que o projeto venho para cá para ser aprovado a estrutura, mas falta ser colocado a questão do salário, pois se ficar para o Prefeito fazer um vai querer dar 10%, outro 20%, outro 50%, e assim por diante. Entende que seria bom se fosse em torno de até 40% do valor do salário de um profissional nas respectivas classes, mas isso pode ser discutido. Afirmou que não poderá votar favorável se for para deixar em aberto para que o Prefeito possa dar o valor que ele quiser, pois não concorda com isso. Entende que o projeto é bom, só está incompleto. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 340 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Na sequência a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 341 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Estabelece normas para reconhecimento e denominação de Servidão Pública no Município de São Bento do Sul e dá outras providências. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Recordou que esse já foi um tema de várias discussões nesta Casa de Lei, e tem por objetivo estabelecer normas para reconhecimento e denominação de Servidão Pública no Município de São Bento do Sul. Frisou que existe no município diversas servidões de passagem que já se transformaram em vias públicas, mas que não tem a sua devida denominação e também não estão incorporadas ao domínio público. O Projeto tem a intenção de realizar essa regularização, para que também possam fazer as manutenções e implantações de melhorias nestas servidões. Falou que a lei tem alguns critérios e todos os vereadores podem estar verificando isso no Projeto. Acredita que essa questão vem atender uma grande parcela da população que tem essa necessidade. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 341 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Na sequência a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 343 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóvel para os beneficiários Ademir Rogalski e Ingrid Moreira Wursthorn.Com a palavra a vereadora

Terezinha M. Dybas. Ressaltou que tiveram a oportunidade de ouvir do Diretor da Emhab, que estão sendo regularizados alguns loteamentos, e este é uma das situações, onde pede autorização do Legislativo para que a empresa EMHAB, possa alienar imóvel para os beneficiários Ademir Rogalski e Ingrid Moreira Wursthorn. Contou que agora o imóvel está com a documentação regularizada e pode ser transferido as pessoas que adquiriram e quitaram esse imóvel, há aproximadamente 14 ou 16 anos atrás. Informou que na 2ª discussão vai estra pedindo pela aprovação do referido Projeto. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 343 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Na sequência a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 086 de 2023 - Autor: Paulo Zwiefka - Denomina Isabel Zwiefka Servidão de Passagem do Município. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Solicitou fazer a explanação do referido projeto na 2ª discussão, tendo em vista o adiantado da hora. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Legislativo nº 086 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 20 de março e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

EAM/eam